

produto nacional bruto. Para conseguir um ritmo de progresso no país de grau significativo e que permita melhorar o nível de vida da população é necessário realizar um esforço no sentido de que o volume da inversão anual aumente gradativamente até atingir, pelo menos 50% das cifras invertidas nos últimos anos.

Distribuição geográfica da população

Uma análise do crescimento demográfico demonstra que 65% do aumento intercensitário 1952-1960, 1.407.105 habitantes, concentrou-se em apenas três províncias: Santiago, Concepcion e Valparaiso. Os 35% restantes distribuíram-se nas outras 22 províncias. Quase 3/4 partes do território chileno encontram-se despovoadas, uma vez que contam apenas com 12% da população do país.

Censo	População urbana	População rural
1875	27,0 %	73,0 %
1895	38,0 %	63,0 %
1920	46,4 %	53,6 %
1940	52,5 %	47,7 %
1962	67,5 %	32,5 %

Importância da metrópole

A cidade de Santiago e a sua zona metropolitana (Grande Santiago) é o ponto máximo de atração dentro do núcleo central e do país inteiro, dada

Migrações internas

Os principais movimentos migratórios internos obedeceram a um crescimento econômico parcial e centralista que deixou inexploradas muitas riquezas naturais ao longo de todo o território chileno. Estas migrações obedecem o sentido do norte e do sul para o núcleo central, onde vive 60% da população.

A política sócio-econômica do país não conseguiu criar, nem no sul nem no norte, incentivos bastantes para fazer florescer, nestas regiões, a produção agrícola e industrial capaz de estabelecer as condições favoráveis à fixação dos habitantes.

Percentagens de população urbana e rural

O quadro seguinte mostra o ritmo do crescimento da população urbana, feito a custa da população rural, desde 1875 até 1962.

a posição que ocupa como centro político, administrativo, industrial comercial e cultural. O quadro abaixo mostra a população do Chile de Santiago de 1920 a 1962:

População	1920	1940	1962
País	3.716.000	5.053.000	8.138.000
Urbana (do país)	1.724.000	2.659.000	5.507.000
Santiago	507.000	959.000	2.134.000
Grande Santiago	581.000	1.075.000	2.390.000

Comparação entre as taxas de crescimento em vários períodos:

População	1940/52	1952/57	1957/62
País	1,8	2,5	2,6
Urbana (do país)	3,0	3,6	3,9
Santiago	3,4	3,9	3,9
Grande Santiago	3,4	3,9	3,9

Concluindo, o autor, arquiteto Luis Bravo Heitmann, afirma ter pretendido, com esta publicação, tão somente esboçar os problemas que o fenômeno da urbanização provoca no momento e provocará nos próximos anos, tanto no Chile como em toda a América Latina. A solução destes problemas, afirma L.B.H. depende daqueles que tem mãos a responsabilidade do planejamento econômico e físico.

HABITAÇÃO POPULAR

O "Correio da Manhã" publicou no dia 11 de maio de 1963 a nota abaixo sob o título: "Habitação Popular". O tópico considera a questão da moradia de uma forma que não é a habitual do C.M. além disso, acusa injustamente os promotores do "Simpósio sobre o problema habitacional brasileiro", de

procurarem reciprocidade turística, ao convidarem técnicos para aqui debater um problema que não é unicamente nacional, as voltas com ele andam, podemos dizer, tôdas as nações desenvolvidas, subdesenvolvidas ou em fase de desenvolvimento. O IAB-GB não poderia deixar o tópico sem esclarecimento e enviou ao tradicional matutino a carta que vem logo abaixo da nota.

C. M. — HABITAÇÃO POPULAR

"Anuncia-se que o IPASE fará realizar, em Brasília, com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, um simpósio internacional para debater soluções ao problema habitacional do povo. Tudo isto custará alguns milhões de cruzeiros, com os quais já podiam ser resolvidas dificuldades de milhares de pessoas que não têm onde morar decentemente. Tudo agora se resolve em congressos, simpósios e outros ócios, que proporcionam aos seus promotores — dentro da técnica da reciprocidade — convites a conclaves no exterior. Soluções já existem, elaboradas no Brasil, dentro de nossas possibilidades e para o nosso meio. Por que convidar arquitetos da Itália ou da Polônia, da França e da Tcheco-Eslováquia, para nos virem ensinar "funcionalidade"? Mais importante seria que o IPASE acolhesse as soluções existentes, estudasse com o Instituto dos Arquitetos e pusesse, imediatamente, mãos a obras. Chega de certames, conclaves, simpósios ou o



FERRAGENS

LA FONTE S.A.

Tels.: 22-1891
22-1892
22-1893

RUA MÉXICO, 111-B — Rio (GB)



C a n t ú
móveis e interiores
 RODOVIA PRESIDENTE DUTRA K.M. 4,5

INFORMAÇÕES: AV. RIO BRANCO, 156 — SALA 1601 — TEL. 52-7056 — RIO - GB

que fôr; o povo precisa de habitações com urgência.

IAB-GB — CARTA

Ilmo. Sr.
Redator Chefe do "Correio da Manhã"

Senhor Redator

O Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara tomou conhecimento com surpresa do tópico "Habitação Popular", publicado na edição do dia 11 do corrente.

O Instituto de Arquitetos do Brasil não pode conceber que, no Brasil, um órgão de imprensa da categoria do "Correio da Manhã" coloque-se contra uma reunião de técnicos destinada a discutir uma matéria quase virgem no país: habitação e planejamento urbano.

Com efeito, fora dos meios estritamente profissionais, tais assuntos sempre foram tratados de maneira ligeira e superficial. Isto apesar de ser o nosso "deficit" habitacional de 5 milhões de unidades, do crescimento demográfico apresentar um índice anual de 3% e de se assistir a um impressio-

nante fenômeno de urbanização — nos últimos dez anos o incremento demográfico médio nos municípios das capitais foi da ordem de 63%.

A consciência de um problema pressupõe o conhecimento prévio dos seus aspectos principais e nós estamos em condições de dizer que temos consciência do problema habitacional brasileiro. Esta mesma consciência nos impede, entretanto, de afirmar que "já existem soluções, no Brasil, dentro de nossas possibilidades e para nosso meio". Aqui, uma dezena de órgãos de previdência, sem nenhum critério racional, faz, de vez em quando, em alguma parte do território nacional, umas poucas habitações. Outros financiam, dentro da mesma ausência de critério, habitações isoladas que ao se perderem no caos urbano de nossas cidades perdem grande parte da rentabilidade social que se poderia esperar do investimento. Não possuímos um Plano Nacional de Habitação. Não temos sequer um órgão encarregado de centralizar os aspectos mais importantes da habitação. Não dispomos de uma lei federal de Planejamento Urbano capaz de disciplinar o crescimento dos nossos aglomerados humanos. Nossa inferioridade, nestes aspectos,

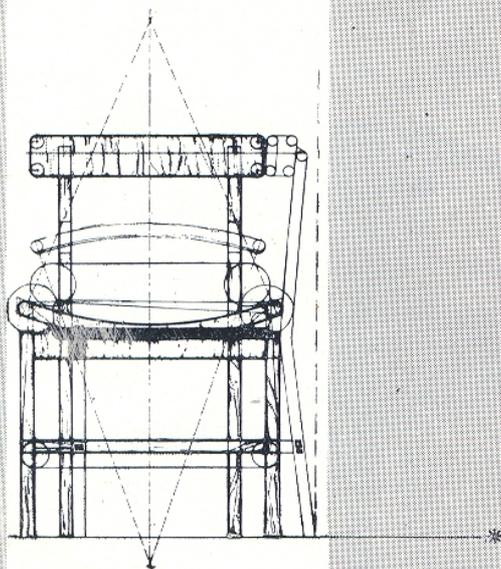
mesmo em confronto com nações em estágio muito inferior de desenvolvimento, é gritante.

Habitação, no Brasil, é matéria dos que especulam com imóveis. Serão delas as soluções que o "Correio da Manhã" afirma existirem? A linha até agora adotada pelo valoroso matutino carioca não nos autoriza a concluir desta forma. O "Correio da Manhã", Senhor Redator, vinha fazendo-se notar pela objetividade e lucidez com enfocava os aspectos da crise brasileira de moradias. Tíhamo-no como aliado nesta campanha. Em nossa revista ARQUITETURA, inúmeras vezes destacamos tópicos tirados de suas páginas.

Por estarem convencidos de não ser possível encarar isoladamente o problema da habitação, os arquitetos brasileiros, congregados em torno do seu órgão de classe o Instituto de Arquitetos do Brasil, encetaram uma campanha de esclarecimento dos aspectos relativos à moradia e ao planejamento urbano. A incompreensão e o desconhecimento do fato eram tão completos que a campanha tomou jeito de pregação.

Hoje, este trabalho começa a dar frutos positivos. A Mensagem Presi-

fatima fatima fatima fatima fatima
fatima fatima fatima fatima fatima



*** arquitetura interiores**
r. domingos ferreira, 221 - b. GB

dencial, numa das primeiras vezes em documento oficial do Presidente da República, situa a crise da moradia em bases racionais. Ali ela aparece relacionada corretamente com o fato urbano. O Presidente da República apontou ainda as características fortemente negativas dos núcleos urbanos do país. Estas características agravadas, dia a dia, por um incremento populacional violento tendem a levar as comunidades que os habitam a uma total desintegração emocional, social e econômica.

44

Não é preciso aqui repetir os aspectos negativos de nossa deterioração urbana. O "Correio da Manhã" em suas páginas, diariamente, espelha com absoluta fidelidade, as conseqüências da ausência de uma política sábia de planejamento urbano.

O temário do Simpósio que o Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara vai realizar com o IPASE parte, como não podia deixar de ser, da premissa de que a habitação está estreitamente vinculada ao fato urbano. A casa é parte da cidade e dela não pode ser desmembrada sem perder a caracterização de "habitat" do homem civilizado.

Esquecer estes aspectos, para nós, significaria trair a consciência profissional do arquiteto brasileiro que, através do seu trabalho, já deu provas ine-

quívocas, aqui no Brasil e lá fora no estrangeiro, do seu valor. O valor desta consciência, Senhor Redator, nós o prezamos muito e não podemos permitir de forma alguma que fique ao sabor do humor de um editorialista mal informado e apressado. Repelimos a injúria contida no tópico "Habitação Popular" e confessamos, Senhor Redator, que jamais supunhamos que fôssemos encontrá-la no "Correio da Manhã".

Nada temos de chauvinistas. Não convidaremos ninguém que traga no bôlso do colete a grande panaceia que acabará com os males da habitação e da desordem urbana brasileira. O contato entre técnicos tem outro sentido. Não se trata aí de aprender a conceber a unidade arquitetônica ou a criar o plano urbano. Queremos saber como estes técnicos, em seus países, enfrentaram as dificuldades relativas ao uso da terra urbana, ao trânsito e ao estacionamento, ao equipamento comunitário, à integração social, ao financiamento de planos e de moradia e tantas outras. Não para copiar servilmente suas soluções, mas para sabermos onde erraram e onde acertaram. Interessa-nos saber, muito mais, os erros e acertos cometidos nas relações humanas, sociais e econômicas envolvidas pelo complexo cidade-casa do que saber em que forma de espaço físico refletiram-se estas relações.

Agradecemos, Senhor Redator, a lição "nacionalista" do tópico "Habitação Popular". Ninguém melhor do que o arquiteto sabe que as soluções para o problema habitacional brasileiro têm que ser encontradas aqui, com arquitetos e técnicos nacionais. Sabemos, desde os primeiros anos de formação profissional, que arquitetura exclue as soluções padrões, importadas ou não.

O tom um tanto violento desta resposta deve ser levado a conta da intensidade com que fomos atingidos. Admitimos que o "Correio da Manhã" foi mal informado. A nota deve ter sido inspirada por alguma pessoa cujos objetivos devem estar muito longe dos da habitação e que abusou da confiança deste tradicional matutino carioca. Acreditamos firmemente na correção do "Correio da Manhã", jornal que sempre acolheu em suas páginas as iniciativas, reivindicações e lutas dos arquitetos e que conhece muito bem a maneira honesta e franca da atuação do Instituto de Arquitetos do Brasil, para acolhermos qualquer outra interpretação.

Atenciosamente
Maurício Roberto
Presidente

Rêde Hospitalar Desequipada e Mal Distribuída

Sob o título acima a Revista "Conjuntura Econômica" da Fundação Getúlio Vargas, número de março de 1963, publicou um estudo que achamos da maior oportunidade e de bastante interesse para os arquitetos. O ponto de vista de "Conjuntura Econômica" sobre a questão hospitalar brasileira coincide perfeitamente com a posição do Instituto de Arquitetos do Brasil. No equacionamento do problema hospitalar, como no da habitação, do planejamento urbano e de tantos outros é imprescindível a visão do conjunto de fatores intervenientes e da extrema diversidade das situações regionais do país. Por esta razão vem o IAB lutando para que, neste caso, sejam sempre evitadas as soluções isoladas que favorecem a dispersão e atomização das verbas contribuindo para diminuir, sensivelmente, a rentabilidade não só financeira como social do investimento.

É o seguinte o teor do estudo publicado por "Conjuntura Econômica":

Para uma população da ordem de 75 milhões de habitantes, dispõe a organização hospitalar brasileira de 250 mil leitos, distribuídos em 2 622 estabelecimentos (hospitais, casas de saúde etc.), o que dá a média de 300 habitantes por leito, bem aproximada, portanto, do mínimo recomendável de